

Metáfora do Saber *

ANTÔNIO SÉRGIO MENDONÇA
Professor de Comunicação da UFF e UFRJ.

I. A METÁFORA

1.1. – O Contexto Matricial da Metáfora

Falemos metaforicamente da Metáfora. Ela descreve a rota do sentido que responde à escrita de sua própria “forclusão”. Se o sentido é tornado “fora da linguagem”, e em seu lugar coloca-se um simulacro, a metáfora vai buscá-lo na outra cena. Diz o outro desse sentido, pois torna o simulacro que lhe tomou o lugar, em espaço da não-linguagem. A metáfora está, pois, compromissada com o “estilhaçar” do cristal da língua, modulador sintático da petrificação do sentido. A Metáfora é, assim, o oposto à interiorização da estrutura simbólica, pois faz-se com a lógica do imaginário (o regime do Inconsciente) e em direção à restauração do desconhecido e não à punição edípiana por exercê-lo. Ser Metáfora é antes de tudo ser representação comprometida com o dizer do outro, e é também sê-lo no sentido etimológico de transportar o sentido para onde este não fala.

A metáfora segue a direção da liberdade do Olhar e segue o sentido da letra, aqui entendida na explícita acepção de Jacques Lacan como suporte material do significante. A tragédia grega produzia a catártica comoção (Aristóteles o assinala e o próprio Karl Marx o relembra) e o fazia por representar a direção do Olhar. Se Édipo, como aprendemos com André Green, estava cego para o significante, e transgrediu o lugar da Cultura por não saber lê-lo, embo-

(*) Este trabalho é parte da Tese de Titular do autor denominada: *Metáfora e Alegoria*. (1978)

ra estivesse simulado que o soubesse (cf. o Episódio da Esfinge), é porque não se deu conta da oposição entre o corpo (letra do desejo) e a fala (letra da interdição) trazida à cena por Tirésias e pela ação do coro e daí deriva-se a violência narrativa. Do ponto de vista da **letra**, a denominação faltava e por desconhecer agiu, e por isso foi cegado pela significante uma vez que a direção do seu olhar interiorizara a interdição simbólica da Comunidade grega, no lugar do Imaginário.

No entanto, o texto grego descobre que agir sem **SABER** é condição de anulação e submissão do sujeito e já Prometeu é punido pelo espaço de fora, pois extermina a Culpa. Se Édipo é a Representação da Interdição, Prometeu é a Possibilidade da Verdade, e do confronto destes textos surge a intencionalidade do sujeito, cuja “escritura” é a Metáfora, ou seja, a transgressão do desejo como se deu a transgressão do saber.

1.1.1 – Inconsciente e Saber

O inconsciente pensado como discurso do Outro, ou como uma resposta ao “desejo do desejo” do Outro (cf. Moustafa Safouan) deve ser pensado do ponto de vista da interiorização da lei. A lei ao declinar o Fallus (Nome do Pai), na fala interdutora da Mãe, cumpre uma função de registro simbólico, estabelece os de-limites da assujeição; por isto não se inscreve noutro lugar, salvo no desejo. Dessa forma o sujeito não mais se declina em estrutura especular (cf. fase do espelho, segundo Lacan), mas torna-se a condição de identidade. A identidade dá-se no registro simbólico, dá-se na assujeição a palavra do Outro. Porém essa assujeição significa na verdade “forclusão”, retirada da cena do discurso. No entanto, embora, em “outra cena” o sujeito demanda na identidade (reguladora do princípio de realidade) para além do princípio do prazer. O Inconsciente é então resposta do discurso do Outro, possível, paradoxalmente após a interiorização do lugar de “Autre”. Interiorizar a lei significa colocar-se como outro-real, portanto, cindir-se como sujeito. Ao procurar-se como “autre”, na demanda em relação do desejo, o sujeito procura-se onde não está. Na realidade, operou-se a clivagem, possível por duas razões: a interiorização da lei, e a representação da falta da cena “forcluída” (pelo registro simbólico). Isso explica duas reflexões lacanianas sobre o Inconsciente: primeiro, quando nos lembra que o inconsciente pelo seu caráter de trans-individualidade (que deve ser entendido na acepção da figura hegeliana) é a parte do discurso concreto (tomando como letra, suporte material da cadeia do significante) que falta no discurso de sujeito para restabelecer, restituir a integralidade sobre a verdade.

Cindida pelo Outro, a verdade abriga-se para além, mas, a partir dele; o que declina uma relação paradoxal sintetizada por Lacan na passagem, que é precisamente a segunda das reflexões aludidas: “... A linguagem humana constituirá, pois, uma forma invertida...”¹ Essa reflexão remonta aos pré-socráticos. Fundamenta condições de realização do sujeito como metáfora da ausência (cf. figura in Fenomenologia do Espírito, Hegel), do zero, de cuja tentati-

va de constituição é fruto. Nesse sentido o inconsciente ao ser” ...um conceito forjado sobre o traço de que se separa para constituir o sujeito”;² deve ser interpretado como consequência da afirmação: “O Inconsciente é o discurso do Outro”.³

Logo, o Inconsciente diz das condições de surgimento do lugar ocultado pela censura, do tipo de memória que em Freud nós julgaríamos responsável pela indestrutibilidade da representação do Desejo. Assim, o Inconsciente é estruturado com as regras formais do processo primário, se este é o seu próprio regime de elaboração. Cabendo aí outra distinção: o processo primário lugar de representação narcísica, lugar onde a corporalidade é delimitada da representação, não admite éticas do objeto ou geometrizações do infinito. Bom ou mau, o seio é interiorizado como continuidade do próprio corpo, como se ele estivesse diante de um espelho, que é aqui uma metáfora. Pois, se lá admite-se pré-concepções e não se pode delimitá-las, não o é certamente por ilogicidade delas, mas precisamente por não estarem lá e sim no registro simbólico. Essa deformação conteudiza ou existencializa o Inconsciente freudiano e leva a crenças do tipo: não é possível delimitar a representação. Por não se dar no real do Outro, e paradoxalmente não se extinguir mas apenas mudar de cena, o Desejo representa as leis da incompletude. A pulsão de vida é complemento dessa ação de constituição do sujeito e a não onipotência dessa reflexão, encontra-se no fato de uma vez submetido à lei, o sujeito correlacionar-se com o mal-estar da civilização, e para além do princípio a ser liberado pela análise (o do prazer) encontrar-se a morte. Se a ausência é recuperada pela representação, a morte declina a viagem sem volta. Se a presença da morte real gera a angústia e se o desejo fixa a sincronia da resposta, para além da resposta há o vazio. Ele, paradoxalmente, deve ser operacionalizado em termos de vida. Sendo o paradoxo insolúvel o sujeito, (este) ao morrer metonimicamente na neurose, ou metaforicamente na psicose, faz um grande apelo para que seja liberado a representação do que o permite viver, enquanto não morre. Demanda como um eu, deseja como “autre” e morre como Nós. Se ao referir-se ao sonho Sigmund Freud disse-nos que os “ladrões são imaginários, mas o medo é real”, numa alusão ao fato de que é próprio da representação declinar a verdade como se fosse o imaginário, para então constituir-se como real, em relação à morte “o medo é imaginário, mas os ladrões são reais”. É necessário entendermos que, do ponto de vista do inconsciente freudiano, o bem-supremo: a mãe, é sempre negado, daí ser necessário buscá-la na transgressão, que só dar-se-á a partir da interiorização do lugar do outro na instância edipiana. O outro não é exterior ao sujeito, pois esse é como ele, mas sendo-o, o sujeito se sabe ausente. Buscar o inconsciente fora do Outro, no sentido de não levá-lo em conta, significa negar ao sujeito a possibilidade de transgredir a lei, e negar isso significa negar a sincronia do prazer diante da morte. Não podemos confundir inconsciente com afloramento do desejo louco, como se o processo primário tivesse uma essência psicótica que declinaria a antiedipianeidade. Tal concepção, bem como as anteriormente criticadas, querem entender Inconsciente, sem o entendimento do papel constituidor da ausência, exercida pelo registro simbólico. Se é a representação dessa ausência que constitui o sujeito

“forcluído”, ela também lança mão da representação do Desejo como representação da falta. Isto porque o lugar a representar é constituído no registro simbólico, logo não se pode pensar a relação edípiana a não ser como lugar de interiorização da lei.

Édipo é a metáfora do surgimento simbólico assim como Narciso é a metáfora da fase do espelho. Por outro lado, estas maneiras de indicar a verdade são comunicadas na transferência, e a verdade colocada na transferência é uma fratura da interdição: por esta razão, o analista ao ocupar o lugar de Outro-do-Imaginário, realiza, pela intencionalidade, a metáfora de Prometeu, de um Prometeu que abole a onipotência do saber.

Os que acreditam que toda forma de saber é poder e onipotência, deveriam levar a afirmação até as últimas consequências e dizer que a interpretação é impossível e portanto abdicar da análise. Isto seria preferível ao uso de certas novidades anti-institucionais que funcionam como uma espécie de “mea culpa” pelo exercício da interpretação.

É preciso que não seja confundido o fato de o campo freudiano não ser representável por uma superfície fechada, com o também fato de a abertura da psicanálise não ser efeito do liberalismo, da fantasia, e mesmo do “enclausuramento” daquele que se institui no lugar de seu guardião. Palavras que aprendemos nos ensinamentos de Jacques Alain-Miller.

1.1.2 – Psicanálise (é) Arte

Primeiramente, parece-nos que ainda guarda uma determinada “obsessão” neo-positivista, a preocupação de inscrever a Psicanálise como saber no desígnio da cientificidade, e além disto, preserva uma fatia ontológica do saber do Séc. XVIII que é: ser a psicanálise versão do antropocentrismo. Preferimos entendê-la como uma arte:

“A Psicanálise, deve-se dizê-lo e recordá-lo como premissa, é uma disciplina que, dentro do conjunto das ciências, aparece-nos com posição verdadeiramente particular.

Diz-se geralmente que a psicanálise não é uma ciência propriamente dita, o que pareceria indicar, por contraste, que se possa dizer que é simplesmente uma arte. Certamente, não se pode afirmar tal coisa, se por arte é entendido simplesmente a existência de uma técnica, de um método operacional, praxis ou qualquer coisa desta ordem. Creio, simplesmente, que o termo Arte deve ser aqui empregado no sentido que tinha na Idade Média, quando se falava de artes liberais. Vocês conhecem essa série que vai desde a astronomia, passando pela aritmética e geometria. Não nos é difícil, atualmente, dar conta de qual era a função dessa arte e de seu alcance na vida e no pensamento dos mestres medievais.

É certo que o que caracterizava a estas artes, e as distinguia em definitivo das ciências surgidas das então artes liberais, é a permanência em primeiro

plano de algo que se pode chamar de sua relação essencial, fundamental, com o limite do homem.

Creio que, talvez a psicanálise seja a única disciplina comparável com aquelas artes liberais, e o é por esta razão interna que não se pode esgotar jamais, que é cíclica, voltada sobre si mesma: a relação da medida do homem consigo mesmo, e muito especialmente, e por excelência, o uso da linguagem, o uso da palavra". (4)

E esta concepção de arte procura representar os efeitos do processo de individualização do homem (cf. Hegel, Fenomenologia do Espírito).

Processo que se dá na linguagem, por ser êle mesmo estruturado como tal. Os efeitos semânticos deste processo são retóricos, pois, operam como FIGURAS (cf. ainda Hegel, Fenomenologia do Espírito). A lógica interna, que estrutura estas figuras, dá-se no processo primário e é também chamada de "regime do inconsciente". Estas Figuras são a atração cênica da Condensação e do Deslocamento, que, por sua vez, operam como representações do Desejo ("Wunsch-Vorstellung") e por esta razão compõem em sobredeterminação com a dupla cena (latente e manifesto) a retórica do não-dito.

Os efeitos de figuração desta retórica são a Metáfora e a Metonímia. Se na cena onírica temos, sobredeterminados, um Deslocamento (manifesto) e uma Condensação (latente) isto é uma Metáfora; se ao contrário, tivermos uma Condensação (manifesta) e um Deslocamento (latente) isto será uma Metonímia. Ambas são, também, sobredeterminadas; ou seja, a Metáfora assenta-se em base Metonímica e a Metonímia assenta-se em base Metafórica. São, também recursos figurativos de paródia alegórica, sendo a dimensão alegórica tomada no sentido de Walter Benjamin em "Origens do Drama Alemão". Pois, tanto a Metáfora como a Metonímia participam, enquanto dimensão alegórica, da indicação do **dizer o outro**, do não-dito, da outra cena, do texto paralelo. E dizer o texto paralelo implica em não ser envolvido com a empiria do explícito, e sim em dissolvê-lo e reconstituí-lo. Daí dizer significar também operar a Crise (no sentido da etimologia da palavra, de separação). O afastar-se crítico para ler o texto paralelo, é, antes de tudo, um desígnio lírico, presente na arte conforme a concepção do medieval.

E se há um texto paralelo é porque no jogo de cena do código lingüístico (que informa os códigos de ação social) da sociedade, operou-se uma "forclusão" do Sujeito. Ação discursiva esta entendida no sentido de tirá-lo de cena e negar o lugar que reivindica de entrada na vida. E esta "forclusão" foi operada pelo registro simbólico, o que define a categoria de homem para Jacques Lacan (cf. *Écrits*, "O homem é um animal simbólico"). E a aludida tirada de cena, marca os efeitos presentes da ação da Cultura que falam em nome da causa deslocada: o NOME DO PAI. O sujeito é, pois, constituído na cadeia do significante como ausência ("MANQUE") que é o efeito da "forclusão", sendo sua razão a falta (representação do corpo despedaçado) operada no Imaginário, o que constitui no Real (como efeito de ação do registro simbólico, pois, o Desejo é regulado pelo Desejo-do-Outro por ação de interiorização da Lei) a **Privação**.

Desta forma a Psicanálise é o lugar do “saber suposto sujeito”, pois seu efeito não se realiza senão na transferência. Além do que, intenta a retórica da figuração de seu objeto: o Inconsciente. Lugar de produção, por representação, da re-leitura dos efeitos da ordem simbólica, do ponto de vista da lógica do imaginário. Logo, não se tem a histeria da onipotência, nem a paranóia do “sujeito suposto saber”, mas o “saber suposto sujeito” que não PODE exercer, embora na transferência, receba, o desígnio do Poder: o lugar de Pai. Por isto o psicanalista, qual um mestre medieval, não se deve esconder do jogo da verdade cujo bastão lhe é outorgado. O outorgado pelo Outro é a autoridade, o não poder, exercida pela fala e em direção à interpretação do texto da verdade. Assim, o psicanalista deve ser um humilde intérprete e cultor de textos: sejam os mesmos escritos pela Cultura (Interdição Simbólica), pelos efeitos verbais da falta do paciente, pelo sonho e pela teoria necessária ao exercício do saber analítico.

Tudo isto, simplesmente para que se estabeleça a dimensão do “futuro anterior”, do texto paralelo. Texto que não o tem como autor, mas como um binômio leitor-personagem, sem cujo concurso interpretativo não se estabelece.

NOTAS:

1. LACAN, Jacques. *Écrits*. Paris. Seuil. 1966. p. 289.
2. *ibidem*, 289.
3. *ibidem*, 830.
4. *ibidem*. *Le Mythe individuel du névrose ou “Poésie et virité” dans la névrose*. Paris. Centre de Documentation Universitaire. 1953. p 1/2.